



A IMPORTÂNCIA DO QREN NAS ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO

UMA PERSPECTIVA PARA O BAIXO VOUGA

UMA PERSPECTIVA PARA O BAIXO VOUGA

I. Os Planos Territoriais de Desenvolvimento (PTD) e o QREN

No início do período do QREN e no âmbito do associativismo intermunicipal, surgiram os Planos Territoriais de Desenvolvimento (PTD) como plataforma integradora dos projectos que os municípios de uma dada sub-região pretendiam candidatar aos Fundos Estruturais. O território definido como referência para estes planos foram as sub-regiões NUTS III, podendo um PTD abranger apenas uma ou mais do que uma NUTS III. As entidades responsáveis pela elaboração e gestão destes planos foram, e são, as CIM (Comunidades Intermunicipais). Estas últimas integram, em geral, todos os municípios de uma ou mais NUTS III, embora haja casos de CIM que integram municípios de outra ou outras NUTS III e, conseqüentemente, municípios que não pertencem à CIM da sua NUTS III.

Os PTD foram determinados, no imediato, pelas regras de acesso ao QREN, mas o seu horizonte temporal, que é sempre plurianual, pode ultrapassar o período deste quadro de referência. Por outro lado, estes planos acolhem projectos que podem transcender as possibilidades de financiamento pelo QREN, mesmo que a sua realização decorra dentro do período deste último.

A vocação dos PTD é a de, ao integrarem os projectos do conjunto dos municípios de uma CIM, imprimirem mais racionalidade a estes projectos, evitando duplicações de investimentos com os mesmos fins e com pouca sustentabilidade individual e permitindo fazer em conjunto investimentos que, individualmente, não seriam viáveis. Os PTD introduzem, assim, ou reforçam, os critérios de economicidade e racionalidade que devem orientar os investimentos. Por outras palavras, com menos recursos financeiros, permitem atingir os mesmos objectivos, ou, com os mesmos recursos, permitem ir mais longe nos objectivos e nas realizações. São uma forma de planeamento colectivo nestas sub-regiões e uma expressão da cooperação entre os municípios que as compõem.

Com base nos PTD, e através da CIM respectiva, o conjunto dos municípios de cada um dos territórios em causa contratualizou com o Programa Operacional Regional do Centro - Mais Centro uma determinada dotação financeira para o período do QREN, designada por subvenção global. À CIM foi atribuída a missão de gerir a subvenção em parceria com a

Autoridade de Gestão do Mais Centro. O Mais Centro é o Programa Operacional Regional em que a subvenção global atinge a percentagem mais elevada no total da dotação financeira do programa: cerca de 33%. É, no entanto, de referir que as várias CIM contratualizaram valores de fundo comunitário FEDER e regulamentos distintos consoante as áreas de intervenção que os PTD assumiam com prioritárias para o desenvolvimento territorial da sub-região. No caso concreto da CIM do Baixo Vouga foram contratualizados com o Mais Centro cerca de 60 milhões de euros de FEDER para executar projetos com enquadramento nos seguintes regulamentos: áreas de acolhimento empresarial e logística, equipamentos para a coesão local, economia digital e sociedade do conhecimento, energia, mobilidade territorial, património cultural, rede de equipamentos culturais, ações de valorização e qualificação ambiental, gestão ativa de espaços protegidos e classificados e optimização da gestão de resíduos. Por opção de gestão, ficaram fora do conjunto de projetos contratualizados com a CIM do Baixo Vouga as intervenções no âmbito da requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar e do ciclo urbano da água, apesar de, em outras CIM, estas áreas estarem contratualizadas. Sem qualquer contratualização com quaisquer das CIM estão, entre outros, os sistemas de incentivos, as parcerias para a regeneração urbana, as infra-estruturas científicas e tecnológicas ou a saúde.

Tendo sido aprovados os 10 PTD na Região Centro, o que se pretende agora é avaliar se o QREN, com os investimentos que apoia, tem ou não contribuído para o cumprimento das estratégias de desenvolvimento preconizadas e reconhecidas como adequadas à situação socio-económica do território.



Construção de rampa ro-ro no terminal de contentores do porto de Aveiro

Em 2008, foi desenvolvido o Plano Territorial de Desenvolvimento¹ para a sub-região do Baixo Vouga no âmbito da candidatura à subvenção global prevista no QREN por forma a que a Comunidade Intermunicipal do Baixo Vouga (CIM-BV) participasse na gestão de algumas intervenções do Mais Centro. A subvenção, com base neste plano, não abrange todo o território da NUTS III Baixo Vouga já que respeita a um processo de contratualização com a CIM-BV, cujo território de abrangência difere da NUTS III por não incluir o município da Mealhada².

O PTD do Baixo Vouga foi apreciado, aprovado e validado pelo Mais Centro e pela Comissão de Aconselhamento Estratégico, uma vez que se reconheceu ser adequado para a resolução dos problemas desta sub-região.

Neste plano foram apontadas algumas fragilidades deste território, sinalizadas pelas entidades regionais e que se colocavam como desafios às políticas públicas, nomeadamente ao QREN. Algumas destas fragilidades estavam directamente relacionadas com o sector empresarial e com a necessidade de inovação. De facto, apesar da ligação das empresas ao

¹ Disponível em <http://www.maiscentro.qren.pt/index.php?acao=comum&id=42>.

² Ao longo deste exercício, sempre que é referido NUTS III Baixo Vouga, o território de abrangência respeita ao conjunto dos 12 municípios segundo o Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro (Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos). Quando é referido Comunidade Intermunicipal do Baixo Vouga (CIM-BV), o território de abrangência é o definido segundo a Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e segundo o Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril e exclui o município da Mealhada, sendo assim constituída por 11 municípios.

Sistema Científico e Tecnológico já existir, considerava-se ainda insuficiente e com ligações pouco aprofundadas e coesas. Por outro lado, havia uma insuficiente oferta de serviços de apoio às empresas, designadamente nas áreas de localização empresarial (existindo nestes espaços também ausência de algumas infra-estruturas que dificultavam a implantação de empresas). O próprio sistema logístico não era considerado o mais adequado. Outra das lacunas apontada à sub-região respeitava à necessidade de maior valorização do próprio território, coexistindo a necessidade de reabilitação, falta de algumas infra-estruturas básicas e uma desajustada utilização de equipamentos culturais e desportivos. Também do ponto de vista ambiental denotava-se algum passivo, com consequências no bem-estar da população, e uma prática deficiente de eficiência energética ou de reutilização de recursos.

O PTD apontava assim investimentos para o Baixo Vouga direccionados para cinco áreas fundamentais:

- valorização das dinâmicas económicas e competitividade empresarial;
- valorização dos espaços naturais e da nova agenda do ambiente;
- qualificação urbana e valorização do património e de vivência cultural;
- promoção da coesão social e territorial e
- governação e modernização administrativa.

Neste sentido, e para cada um destes cinco pilares, foram apontadas várias tipologias de investimento. Estas áreas de investimento estão relacionadas, por um lado, com as características da sub-região e, por outro, com os objectivos prioritários assumidos para este território.

A aposta na promoção da actividade económica para o Baixo Vouga estava fortemente relacionada com a capacidade deste território captar investimento e possuir uma importante tradição de empreendedorismo e de investimento empresarial. Também ao nível da investigação e desenvolvimento, o Baixo Vouga foi evidenciando ao longo do tempo uma elevada qualidade do sistema científico e tecnológico (quer ao nível das instituições quer do universo empresarial).

O investimento na área do ambiente procurava conciliar várias apostas: qualificar e valorizar o património natural existente, corrigir problemas originados pela pressão populacional ou ainda enfrentar os desafios da eficiência energética. Todos estes investimentos estariam em

linha com os objectivos estratégicos nacionais para a área do ambiente e seriam considerados prioritários para o território do Baixo Vouga, segundo as directrizes do PTD.

Apesar do Baixo Vouga possuir um património cultural de grande qualidade, continuava a existir uma fragmentação do território e das instituições e uma co-existência de um sistema urbano muito disperso e com dinâmicas individualizadas, tal como é referido neste plano. Assim, seria fundamental aproveitar este património, investindo na criação de redes e de articulação entre actores e áreas temáticas para potenciar a região, assumindo que a cultura é um factor importante para o desenvolvimento.

De acordo com as políticas nacionais para a coesão, é assumida, no Plano Territorial, a prioridade de “valorizar os múltiplos recursos dispersos pelo território e o seu potencial contributo para a qualificação das oportunidades de desenvolvimento na região como um todo, ou seja, significa reconhecer, acarinhar e potenciar as múltiplas interdependências da comunidade regional”. Na realidade, é definida uma aposta em investimentos que potenciassesem a articulação entre a sociedade e o território. Também a articulação entre a sociedade e a administração pública seria um pilar para os investimentos projectados para a sub-região no âmbito da governação e modernização administrativa. Os objectivos destes investimentos visavam a diminuição de custos de contexto, a promoção institucional da região e a cooperação com outras regiões.



Casa da cidadania - Aveiro



Centro cultural da Gafanha da Nazaré - Ílhavo

3. O peso e a importância dos fundos estruturais atribuídos ao Baixo Vouga

Tendo em conta o tempo já decorrido desde o início do QREN, que balanço se poderá já fazer em 2011 sobre o contributo dos investimentos financiados para o cumprimento do PTD?

O PTD, de acordo com as cinco áreas que identificou como fundamentais para os investimentos da sub-região, definiu várias tipologias de projectos a financiar pelo QREN que deveriam ser levados a cabo e que vão ser de seguida objecto de apreciação. A análise é baseada em informação relativa aos fundos comunitários aprovados ao abrigo do Mais Centro e dos Programas Operacionais Factores de Competitividade (PO FC), Valorização do Território (PO VT) e Potencial Humano (PO PH). No final do documento é possível consultar os valores de aprovações/realizações por programa operacional, mais concretamente:

- Aprovações no âmbito do Mais Centro, por regulamento, no Baixo Vouga até 30 de Setembro de 2011 (Quadro 1),
- Aprovações no âmbito do PO FC por regulamento no Baixo Vouga até 30 de Setembro de 2011 (Quadro 2),
- Aprovações no âmbito do PO VT por regulamento no Baixo Vouga até 30 de Setembro de 2011 (Quadro 3),
- Realizações no âmbito do PO PH por regulamento no Baixo Vouga nos anos de 2009 e 2010 (Quadro 4).

É de referir que apenas nos casos do Mais Centro, do PO FC e do PO VT, a informação se reporta a valores de FEDER acumulados desde o início do QREN até ao momento (30 de Setembro de 2011). No caso do PO PH, os valores referem-se a realizações de Fundo Social Europeu (FSE) aprovadas ao longo dos anos de 2009 e 2010.

3.1 Dinâmicas económicas e competitividade empresarial

O Baixo Vouga é constituído por municípios tradicionalmente industriais que concentram importantes áreas de localização industrial onde são desenvolvidas:

- actividades de metalomecânica ou fabricação de produtos metálicos desenvolvidas predominantemente nos municípios de Águeda e de Aveiro e que têm uma importância muito forte na sub-região;
- actividades ligadas aos recursos naturais como as indústrias alimentares nos municípios de Aveiro, Ílhavo e Ovar;
- actividades intensivas em mão-de-obra não qualificada como as indústrias de madeira nos municípios de Anadia e Ovar ou o fabrico de mobiliário em Águeda;
- actividades ligadas às indústrias químicas no município de Estarreja.

Em muitos casos, trata-se de empresas exportadoras a partir de uma lógica de diferenciação do produto. São exemplos as indústrias metalúrgicas e de produtos minerais não metálicos como os produtos cerâmicos nos municípios de Águeda, Anadia, Aveiro e Oliveira do Bairro.

O desafio para o tecido empresarial desta sub-região, incluindo as empresas que desenvolvem actividades mais tradicionais, tem sido a aposta na sua reconversão através da incorporação de conhecimento e inovação nos seus produtos, processos de produção e formas de distribuição e comercialização.



Universidade de Aveiro

Para tal, é fundamental o reforço das interações entre as empresas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico, quer para a realização de projetos de I&DT pelas empresas, quer para a transferência de conhecimento dos centros produtores para as empresas, o que poderá ser em grande medida potenciado através dos investimentos apoiados pelo FEDER relativos à Inovação, à I&DT e às Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas.

A análise dos projectos aprovados, no âmbito do QREN, evidencia um peso elevado do investimento do sector empresarial, o que advém, em grande medida, do forte empreendedorismo já existente nesta sub-região. Esta característica é potenciadora de mais investimentos empresariais e facilitadora de uma relação intensa entre os actores e da criação de redes que propiciam o seu desenvolvimento e crescimento.

As empresas necessitam assim de desenvolver um processo de transformação para garantir que os desafios que enfrentam se convertam em oportunidades de negócio. Para tal, no QREN existem disponíveis três Sistemas de Incentivos para as empresas: à I&DT, à Inovação e à Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas.

Um dos objectivos dos investimentos a financiar é a “*renovação do tecido empresarial*” com vista a criar novas micro e pequenas empresas portadoras de inovação, o que está em sintonia com as elevadas aprovações pelo Mais Centro no âmbito do regulamento Incentivos à Inovação (SI Inovação). Este regulamento é, aliás, o que tem maiores valores de investimento total e de fundo comunitário aprovados pelo Mais Centro para o Baixo Vouga até à data e que se cifram em 99 milhões de euros e quase 51 milhões de euros, respetivamente (Quadro I).



AVEICABO – Telecomunicações e Serviços, SA

Os municípios desta sub-região estão muito especializados em actividades industriais tecnológicas que necessitam de associar aos seus processos produtivos novos métodos, novas formas de produção, novos métodos de comercialização ou de distribuição, ou seja, inovação. Este tipo de investimentos é fulcral para a introdução de conhecimento nas empresas e é um imperativo para concorrer nos mercados cada vez mais exigentes, pelo que as participações no âmbito do QREN assumem uma relevância primordial, incentivando as empresas a investir e a inovar.

Do mesmo modo, para o objectivo de aumentar as exportações regionais e nacionais muito terão contribuído os projectos apoiados pelo regulamento Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME). No entanto, ao valor elevado já apoiado ao abrigo deste regulamento (37 milhões de euros de investimento total e 13 milhões de euros de FEDER) não é alheia a forte capacidade exportadora que a sub-região já detinha e o seu elevado grau de abertura aos mercados internacionais.

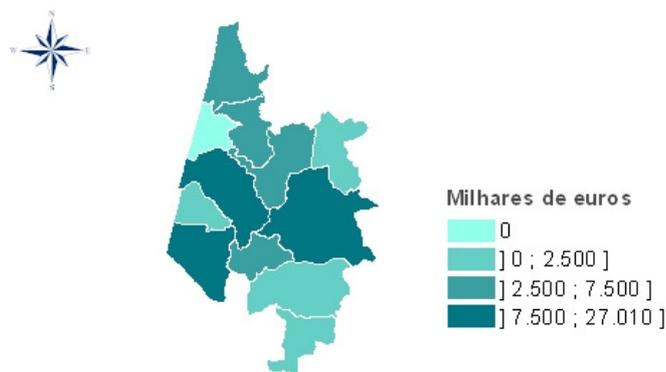


KERION – Indústria de Cerâmica Técnica, Lda

Dos três tipos de Sistemas de Incentivos, o relativo ao apoio à I&DT (SI I&DT) era o que detinha os menores valores de investimento e FEDER aprovados no Baixo Vouga.

Em termos dos municípios que evidenciam maior capacidade empreendedora, a avaliar pelo FEDER aprovado no âmbito dos três Sistemas de Incentivos do Mais Centro (SI Inovação, SI Qualificação de PME e SI I&DT), destacam-se, com valores muito elevados, os municípios de Aveiro, Águeda e Vagos.

FEDER aprovado no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, até 30 de Setembro de 2011, nos municípios do Baixo Vouga



Os objectivos do PTD de “*apoiar a ligação entre Sistema Científico e Tecnológico e as empresas*” e “*criar redes de ciência e tecnologia*” estão também muito interligados com a aposta na inovação nas empresas, tendo-se verificado um elevado investimento em Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas de cerca de 36,5 milhões de euros.

Para a concretização destes objectivos, a Universidade de Aveiro tem tido um papel fulcral, concentrando a quase totalidade do investimento e Fundo aprovados para novas Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas nesta sub-região (dos 20,3 milhões de euros de FEDER aprovado, 19,8 milhões de euros respeitam a projectos promovidos por esta Universidade). Entre os projectos apoiados destacam-se novas Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas nas áreas das ciência e tecnologias do Mar, comunicações ópticas, comunicações rádio e robótica, geoquímica, química orgânica, produtos naturais e agroalimentares e ainda nanotecnologia aplicada à medicina ortopédica, sensores e energia. É, no entanto, de referir que o relacionamento entre a Universidade de Aveiro e o sistema empresarial do Baixo Vouga é já uma tradição pelo que estes investimentos permitirão intensificar as ligações já existentes e fortalecer as redes.

Os projectos apoiados no Mais Centro no âmbito dos Sistemas de Incentivos respeitam a pequenas e médias empresas. No entanto, o PO FC apoia projectos destinados a médias empresas. No Baixo Vouga, até final de Setembro de 2011, destacaram-se, com os maiores valores de FEDER aprovado (Quadro 2): os projectos de Incentivos à Inovação (237 milhões de euros), os projectos de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (31 milhões de euros) e projectos de Incentivo à Investigação e Desenvolvimentos Tecnológico (23 milhões de euros).

Para fomentar as dinâmicas económicas são também importantes os investimentos em “*espaços de acolhimento empresarial*”. Esta era aliás uma lacuna apontada ao nível do Plano Territorial de Desenvolvimento do Baixo Vouga.

O regulamento das Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística abrange projectos relacionados com parques industriais (VougaPark e Zona Industrial da Bairrada) e com a melhoria das condições de alguns parques já existentes para que cumpram mais eficazmente as suas funções e para atrair serviços de apoio às empresas aí localizadas (Zona Industrial de Vagos e Eco-parque empresarial de Estarreja). No total, as operações nestas quatro áreas de acolhimento envolvem 12 milhões de euros de investimento e 5,8 milhões de euros de FEDER aprovado. Este regulamento foi na totalidade gerido ao abrigo da contratualização com a CIM-BV.



VougaPark - Sever do Vouga

Para a competitividade empresarial é ainda essencial a existência de “*infra-estruturas logísticas e acessibilidade regional*”. Também neste ponto a maioria dos investimentos foram aprovados ao abrigo da contratualização com a CIM-BV através do regulamento da Mobilidade Territorial. O melhoramento dos sistemas de mobilidade e a eliminação de algumas lacunas do sistema logístico foram conseguidos através da aprovação de projectos de beneficiação e requalificação de infra-estruturas e redes viárias.



Beneficiação de um troço – Anadia; Qualificação urbana da antiga EN109 - Ílhavo

É ainda de referir o papel de grande importância do PO PH, através do Fundo Social Europeu, no aumento da competitividade empresarial. A formação origina uma melhoria das qualificações e das competências dos trabalhadores, que são fundamentais para as empresas enfrentarem os novos desafios. O Baixo Vouga é a sub-região da Região Centro que concentra o maior número de trabalhadores, mas é também caracterizada pelo elevado peso de recursos humanos com baixas qualificações: quase 70% dos trabalhadores têm como habilitação máxima o ensino básico (percentagem acima da média nacional) e cerca de 19% o ensino secundário.

Da análise do número de horas financiadas pelo Fundo Social Europeu ao abrigo do PO PH no Baixo Vouga, nos anos de 2009 e 2010, verifica-se que quase um terço destas era dirigida a população adulta no âmbito dos eixos da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida (Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formações Modulares Certificadas) e da Gestão e Aperfeiçoamento Profissional (Formação para a Inovação e Gestão). Os projectos realizados no Baixo Vouga relativos a estes eixos prioritários envolveram 3,2 milhões de euros de formação financiada no ano de 2009 e 3,7 milhões de horas em 2010 (Quadro 4). Em 2010, esta formação abrangeu quase 62 mil indivíduos. Face ao contexto nacional, é de destacar que cerca de 24% do total de horas financiadas pelo PO PH em Formação para a Inovação e Gestão, dirigido a empresas (no âmbito da Gestão e Aperfeiçoamento Profissional) respeitava, nos anos de 2009 e 2010, a projectos do Baixo Vouga.

Apesar dos constrangimentos aos nível da qualificação dos recursos humanos, verifica-se que nesta sub-região a população é ainda muito jovem e, portanto, com capacidade para poder retomar a sua formação curricular e/ou profissional e para uma eventual reconversão. Os dois regulamentos com maior número de horas de formação financiada realizada pelo PO PH nesta sub-região eram dirigidos a jovens no âmbito da Qualificação Inicial (Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Jovens).





Requalificação da praia do Areão – Vagos; Implementação de energias renováveis – Anadia

Criação de açude no rio Águeda – Águeda; Reconversão dos viveiros florestais – Mealhada

3.2 Valorização dos espaços naturais à luz da nova agenda do ambiente

O objectivo da valorização dos espaços naturais resume a necessidade de sustentabilidade ambiental dos territórios. Para o cumprimento deste objectivo, houve investimentos relevantes sobretudo em projectos abrangidos pelo regulamento Acções de Valorização e Qualificação Ambiental do Mais Centro, envolvendo cerca de 15 milhões de euros de FEDER até final de Setembro de 2011, e candidatados, na sua grande maioria, através da contratualização com a CIM-BV (Quadro I).

A valorização do litoral, as acções imateriais de prevenção de riscos naturais, a gestão de resíduos ou a energia assumiram valores de investimento muito reduzidos no Baixo Vouga, apesar de constarem no Plano Territorial de Desenvolvimento como objectivos relevantes e de alguns destes serem regulamentos contratualizados com a CIM-BV.

A necessidade de uma “*gestão activa de recursos naturais e da biodiversidade*” está a ser colmatada com projectos de acções de dinamização ambiental, de criação de condições para áreas naturais, de acções de requalificação e reabilitação do património ambiental, de criação de corredores ecológicos ou ainda de centros de monitorização e interpretação ambiental. Já os projectos aprovados, no âmbito do Mais Centro, de “*valorização e ordenamento da orla costeira, prevenção e gestão de riscos naturais ou tecnológicos e reciclagem e*

gestão de resíduos” envolveram montantes de investimento e de FEDER aprovados muito reduzidos.

É, contudo, de destacar que ao nível do PO VT, até ao final de Setembro de 2011, os projectos com maior valor de fundo comunitário aprovado para o Baixo Vouga (Quadro 3) inseriam-se no âmbito deste objectivo, mais concretamente em termos da Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento (55 milhões de euros) e das Infra-estruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (36 milhões de euros). Também os projectos de Combate à Erosão e Defesa Costeira financiados por este programa envolveram montantes importantes (quase 15 milhões de euros).

Importa, por último, referir que a qualificação ambiental da área envolvente da Ria de Aveiro passou também a ser prosseguida, desde 2009, através de um programa próprio: o Polis Litoral da Ria de Aveiro. O Polis Ria de Aveiro envolve um investimento que ultrapassará os 96 milhões de euros em intervenções de protecção e requalificação da zona costeira e lagunar; prevenção de riscos, protecção e valorização do património natural e paisagístico; valorização dos recursos como factor de competitividade económica e social e promoção e dinamização da vivência da Ria.



Polis Litoral da Ria de Aveiro



Praça da República – Ovar

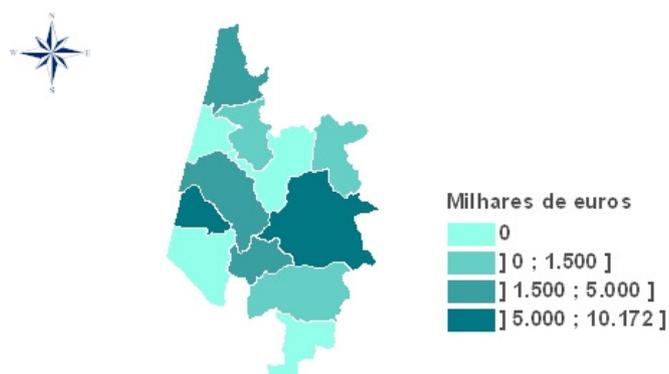
3.3 Qualificação urbana e valorização do património e da vivência cultural

A qualificação e regeneração dos espaços urbanos, de forma a torná-los mais atractivos, funcionais e dinâmicos é outra das áreas prioritárias do investimento financiado na sub-região ao abrigo do Mais Centro. Este objectivo tem sido prosseguido, essencialmente, através de dois tipos de intervenções: i) Parcerias para a Regeneração Urbana e ii) Equipamentos para a Coesão Local e Rede de Equipamentos culturais.

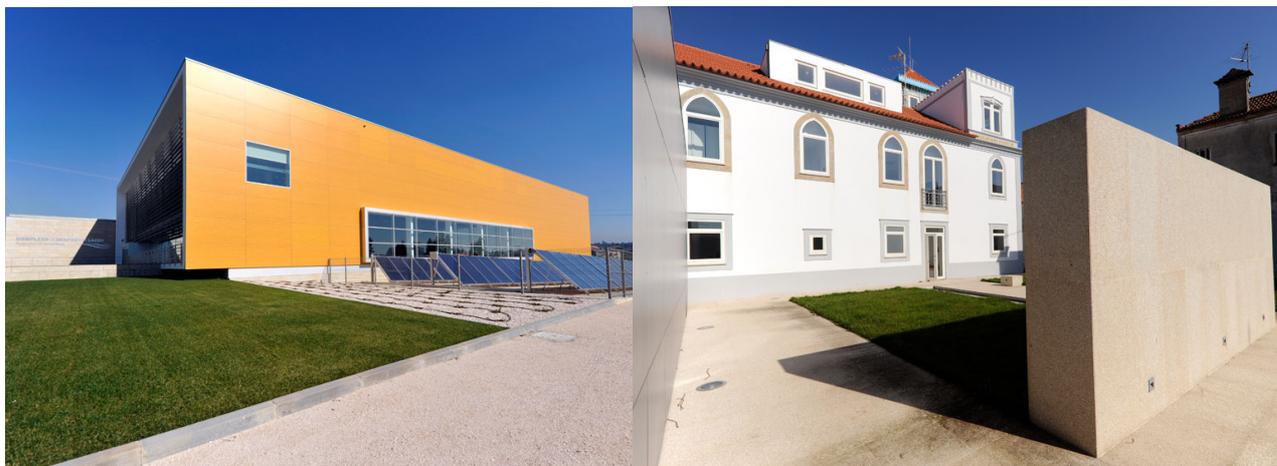
No primeiro caso, as intervenções aprovadas estão relacionadas com beneficiações de zonas de excelência dos municípios (centros históricos, praças, mercados, jardins) e de zonas mais críticas que se encontram com algum nível de degradação, com renovações urbanísticas e paisagísticas. O objectivo é tornar algumas áreas urbanas novamente funcionais (o mesmo acontecendo com edifícios com grande importância nos municípios como por exemplo a Santa Casa da Misericórdia de Águeda ou de Ovar) ou fomentar projectos de animação local. Os projectos financiados pelo Mais Centro em Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) no território do Baixo Vouga envolviam, até 30 de Setembro de 2011, cerca de 32 milhões de euros de FEDER aprovado (14% do total de fundo aprovado no Baixo Vouga) e assumiam grande importância no desenvolvimento dos espaços urbanos

da sub-região (Quadro 1). Em termos da distribuição municipal deste tipo de intervenções apoiadas (PRU), destacam-se os municípios de Ílhavo e Águeda com 10 milhões de euros e 5 milhões de euros de FEDER aprovado, respectivamente. De referir ainda que o valor de fundo aprovado em projetos de regeneração urbana no município de Ílhavo representa 32% do total de fundo aprovado neste regulamento no Baixo Vouga.

FEDER aprovado no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana do Mais Centro, até 30 de Setembro de 2011, nos municípios do Baixo Vouga



No caso dos Equipamentos para a Coesão Local e da Rede de Equipamentos Culturais, estão em causa acções relacionadas com beneficiações, ampliações ou criação de condições para combater a reduzida taxa de utilização destes equipamentos específicos. No caso da Rede de Equipamentos Culturais é de destacar o facto de cerca de 53% do total de FEDER aprovado na Região Centro respeitar, até ao final de Setembro de 2011, a projectos do Baixo Vouga.



Piscina municipal – Estarreja; Arquivo municipal - Murtosa



Centro escolar – Oliveira do Bairro; Requalificação da escola do 1º ciclo das Laginhas – Albergaria-a-Velha

3.4 Promoção da coesão social e territorial

A promoção da coesão social e territorial está relacionada com investimentos em serviços colectivos que proporcionem maior qualidade de vida e possibilitem a igualdade de acesso da população a estes serviços, sendo assim de destacar os equipamentos na área da educação e da saúde.

O fundo comunitário aprovado nesta sub-região para projectos na área da educação foi muito elevado, quer com a Requalificação da Rede Escolar de 1º ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-escolar apoiado pelo Mais Centro (o segundo mais elevado nesta sub-região), quer com a Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário participado pelo PO VT (Quadros 1 e 3). No total destes dois programas, a sub-região beneficiou, até ao momento, de mais de 73 milhões de euros de fundo comunitário FEDER para a requalificação da rede escolar, tendo todo o financiamento sido efectuado fora do quadro

da contratualização. Na saúde, área em que também não houve qualquer contratualização com a CIM-BV, os projectos aprovados relacionam-se, essencialmente, com remodelações e ampliações de serviços de saúde que possibilitam melhor prestação de cuidados de saúde, melhores condições de vida, de bem-estar e, conseqüentemente, maior nível de coesão social e territorial.



Hospital Infante D. Pedro – Aveiro

Relativamente ao PO PH e aos regulamentos mais directamente relacionados com a coesão social, ou seja, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social e Igualdade de Género, o número total de horas financiadas em 2009 e em 2010 nesta sub-região era reduzido: 551 mil horas em 2009 e 420 mil horas financiadas e 844 formandos em 2010 (Quadro 4). É, contudo, de referir que os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação de Jovens que se destinam a uma qualificação inicial têm também um importante papel ao nível da coesão social e têm assumido grande parte das horas financiadas e realizadas no Baixo Vouga ao abrigo deste programa (no ano de 2009 ultrapassou os cinco milhões de horas e no ano de 2010 foram mais de sete milhões de horas e oito mil jovens envolvidos).

3.5 Governação e modernização administrativa

Nesta área de intervenção, os investimentos na sub-região foram muito reduzidos e, até ao momento, sem projectos que correspondessem aos objectivos iniciais de promoção do governo electrónico, redução de custos de contexto, promoção da relação da administração local com as empresas e cidadãos ou ainda a aposta na sociedade da informação.

4. Notas Finais

A análise das linhas estratégicas definidas para o Baixo Vouga para o período de programação do QREN (2007-2013) e a leitura dos investimentos com financiamento aprovado até ao momento, indicam uma correspondência entre estes investimentos e os objectivos estratégicos assumidos. Realce para as apostas na transformação do sector empresarial e o aprofundamento da ligação das empresas com o Sistema Científico e Tecnológico. São ainda de destacar os investimentos que pretendem tornar o território do Baixo Vouga mais competitivo e mais coeso, como a requalificação da rede escolar e dos espaços urbanos. Com um papel determinante no desenvolvimento da região, está aprovado ainda um forte investimento na área da valorização e qualificação ambiental.

Muitas empresas do Baixo Vouga estão a esforçar-se por entrar num processo de transformação assente numa aposta na investigação e desenvolvimento, na inovação e no estreitamento da interligação com o meio científico e tecnológico. O QREN tem tido neste processo de reconversão um papel fulcral permitindo investimentos que não seriam possíveis sem este apoio financeiro e fomentando a criação de redes entre actores. Neste sentido, há ainda que realçar o papel polarizador da Universidade de Aveiro e o desenvolvimento de novas actividades em torno de importantes Clusters nesta sub-região.

A Universidade de Aveiro tem um papel fundamental no Baixo Vouga. Tem sido uma importante entidade formadora de mão-de-obra qualificada, combatendo com sucesso um dos problemas estruturais desta sub-região e fomentando a posterior colocação destes trabalhadores no mercado de trabalho, dada a relação privilegiada existente com as empresas da região. Esta relação com as empresas pretende, no entanto, ir muito mais além já que procura incrementar a transferência de conhecimento da Universidade e dos seus centros de investigação para o tecido empresarial envolvente. Para além das relações que propicia, a Universidade tem feito grandes investimentos na sub-região, sendo ela mesma uma importante promotora de projectos que lhe permitirão manter o nível de excelência na I&D e reforçar o seu papel dinamizador relativamente aos restantes actores nas mais variadas vertentes.

No Baixo Vouga são ainda desenvolvidas várias actividades e levados a cabo grandes investimentos com grande importância para o desenvolvimento de alguns Clusters, nomeadamente o Cluster das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica (TICE), o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar e o Pólo de Refinação,

Petroquímica e Química Industrial. Estes Clusters com maior implementação na sub-região respeitam a áreas fulcrais para o desenvolvimento futuro dos territórios.

Esta sub-região tornou-se num território mais competitivo em termos económicos mas também mais coeso socialmente.

Numa perspectiva futura, o Baixo Vouga terá que se adaptar aos novos desafios, desenvolvendo massa crítica, escala territorial, sistemas e redes de inovação fortes, relações institucionais, estruturas sociais e territoriais coesas e, simultaneamente, promovendo um crescimento verde. No futuro, todos os planos de desenvolvimento e crescimento para os territórios deverão estar em linha com os novos desafios da Estratégia Europa 2020, ambicionando “um crescimento inteligente baseado numa economia de conhecimento e inovação; um crescimento sustentável promovendo uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva e um crescimento inclusivo fomentando elevados níveis de emprego e de coesão ao nível social e territorial”. Só assim as políticas e os programas terão impactos positivos e duradouros no território.

QUADRO I

Aprovações no âmbito do Mais Centro, por regulamento, no Baixo Vouga até 30 de Setembro de 2011

Regulamento	Investimento aprovado		FEDER aprovado				FEDER validado/ FEDER aprovado	
	Total	Elegível	Total	Contra-tualizado*	Peso no total aprovado no Baixo Vouga	Peso no total aprovado no regulamento na Região Centro	Total	Contra-tualizado*
	Milhares de euros		Milhares de euros		%		%	
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	99 009,5	78 066,5	50 408,6	-	21,90	22,03	19,9	-
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	80 646,4	57 956,5	44 882,0	-	19,50	20,88	31,6	-
Parcerias para a Regeneração Urbana/Reabilitação Urbana	50 839,9	45 281,5	31 611,6	-	13,73	20,15	19,2	-
Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	35 672,7	28 987,4	20 291,2	-	8,82	26,20	0,0	-
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	20 093,5	19 459,1	14 547,4	8 574,6	6,32	23,21	44,4	43,2
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	36 546,6	27 259,3	12 907,7	-	5,61	22,41	14,4	-
Equipamentos para a Coesão Local	17 760,7	15 900,6	10 704,9	10 704,9	4,65	20,62	71,2	71,2
Mobilidade Territorial	16 330,5	14 312,7	11 347,7	10 681,7	4,93	9,35	51,0	47,6
Saúde (Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde)	10 712,9	10 397,6	7 278,3	-	3,16	10,14	48,1	-
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	12 427,9	9 422,1	6 246,9	-	2,71	16,91	8,4	-
Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	12 455,2	10 000,6	5 802,9	5 038,8	2,52	21,65	30,7	26,4
Rede de Equipamentos Culturais	7 229,3	5 625,4	4 131,9	3 598,3	1,80	52,86	7,5	6,5
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	3 456,2	3 342,5	2 495,1	-	1,08	14,35	66,0	-
Sistema de Incentivos a Acções Colectivas	4 880,2	3 595,8	2 494,8	-	1,08	26,84	6,9	-
Promoção e Capacitação Institucional	1 938,5	1 686,2	1 291,0	0,0	0,56	11,92	15,3	-
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	987,9	851,7	673,3	472,0	0,29	1,65	5,8	0,0
Promoção Cultura Científica e Tecnológica	1 221,2	1 158,6	637,2	-	0,28	11,00	27,0	-
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (acções materiais)	946,5	891,8	624,3	-	0,27	6,14	0,0	-
Assistência Técnica	571,6	571,6	485,9	-	0,21	1,95	54,6	-
Património Cultural	636,8	636,8	445,8	0,0	0,19	2,33	27,6	-
Acções Valorização do Litoral	415,5	415,5	311,7	-	0,14	5,01	30,2	-
Energia	331,9	331,9	265,5	265,5	0,12	3,56	98,3	98,3
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	216,0	216,0	172,8	0,0	0,08	3,17	9,9	-
Optimização da Gestão de Resíduos	114,2	92,7	55,6	0,0	0,02	0,44	98,8	-
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (acções imateriais)	67,2	67,2	53,8	-	0,02	5,74	93,5	-
TOTAL	415 509,0	336 527,8	230 167,8	39 335,9	100,00	16,87	26,6	46,4

* Contratualizado com a CIM do Baixo Vouga pelo que não inclui os valores referentes ao município da Mealhada.

(30 de Setembro de 2011)

QUADRO 2

Aprovações no âmbito do PO Factores de Competitividade, por regulamento, no Baixo Vouga até 30 de Setembro de 2011

Regulamento	FEDER aprovado	
	Total	Peso no total aprovado no regulamento na Região Centro
	Milhares de euros	%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	236 480,5	34,0
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	30 518,7	36,6
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	22 793,0	24,6
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	10 482,5	17,8
Apoio a Acções Colectivas	5 317,2	9,1
Apoio à Modernização Administrativa	10,6	0,1
TOTAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE	305 602,3	27,4

(30 de Setembro de 2011)

QUADRO 3

Aprovações no âmbito do PO Valorização do Território, por regulamento, no Baixo Vouga até 30 de Setembro de 2011

Regulamento	FEDER aprovado	
	Total	Peso no total aprovado no regulamento na Região Centro
	Milhares de euros	%
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	55 103,3	19,0
Infra-estruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	36 112,8	42,1
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	28 359,9	13,8
Mobilidade Territorial	26 817,4	71,6
Redes e Equipamentos de Transportes	16 015,6	100,0
Combate à Erosão e Defesa Costeira	14 864,0	51,3
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano	13 056,7	15,2
Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos	11 808,0	27,1
Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	1 233,4	22,9
Prevenção e Gestão de Riscos	1 126,6	4,9
Recuperação do Passivo Ambiental	180,0	0,6
TOTAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	204 677,7	23,7

(30 de Setembro de 2011)

QUADRO 4

Realizações no âmbito do PO Potencial Humano, por regulamento, no Baixo Vouga nos anos de 2009 e 2010

Eixo Prioritário	Regulamento	2009		Formandos	2010	
		Horas de formação			Horas de formação	
		Total	Peso no total aprovado no regulamento na Região Centro		Total	Peso no total aprovado no regulamento na Região Centro
		Número	%	Número	%	
Qualificação Inicial	Sistema de Aprendizagem	520 663	7,8	430	786 540	14,7
	Cursos Profissionais	2 995 365	15,3	5 363	5 198 931	15,7
	Cursos de Educação e Formação de Jovens	2 179 094	19,3	2 617	2 091 357	19,6
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	Cursos de Educação Formação de Adultos	1 782 936	10,4	3 212	1 933 319	13,9
	Formações Modulares Certificadas	1 081 979	15,3	41 086	1 360 628	22,9
Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	Formação Para a Inovação e Gestão	167 732	24,1	13 259	257 958	23,6
	Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais da Saúde	29 004	11,6	911	21 168	9,6
	Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	11 107	7,6	0	0	0,0
	Qualificação dos Profissionais do Sector da Educação	132 460	20,5	2 078	64 100	16,4
	Qualificação dos Profissionais da Saúde	12 056	9,6	1 316	23 340	14,7
Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	Formação para a Inclusão	96 616	19,9	319	101 279	26,6
	Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	434 896	10,2	254	278 874	15,3
	Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros	10 819	12,1	156	30 233	19,9
Igualdade de Género	Apoio a Projectos de Formação Para Públicos Estratégicos	8 466	28,9	101	5 449	11,7
	Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres	0	0,0	14	3 882	12,3
Lisboa	Formações Modulares Certificadas	0	0,0	22	700	2,9
	Formação para a Inovação e Gestão	721	2,3	59	1 477	1,9
	Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais da Saúde	5 086	5,0	0	0	0,0
TOTAL POTENCIAL HUMANO		9 468 996	13,6	71 197	12 159 232	16,6

(dados referentes aos anos de 2009 e 2010)

